

independência política

A aprovação do projeto de lei que legaliza os partidos políticos no Distrito Federal é «um coroamento da luta de toda a comunidade brasiliense, que se organizou para tanto através do PMDB-DF». Desta forma o vice-presidente do partido, Luís Carlos Sigmaringa, avalia a nova lei, que terá como consequência imediata a nomeação das comissões provisórias de cada partido por sua executiva nacional. As comissões provisórias, por sua vez, terão um prazo determinado para organizar seus diretórios regionais e zonais, através de convenções partidárias.

O vice-presidente do PMDB-DF manifesta estranheza com a alegação de membros do Movimento JK-Tancredo Neves no sentido de que a aprovação do projeto de lei é uma vitória do grupo. «Isto não foi uma luta de facções, mas de toda uma comunidade que vem batalhando por isso dentro do PMDB, por sinal o primeiro partido que se organizou aqui no Distrito Federal», afirma.

Aliado do PMDB, o PFL do DF considera que este «é o segundo passo na conquista da autonomia política para o DF. Segundo o tesoureiro do partido, Adolfo Lopes, o primeiro passo neste sentido foi a aprovação da representação política para o DF a nível de Câmara e Senado.

O terceiro e definitivo passo, conforme ele, está sendo dado pelo PFL, que através do suplente de deputado, Paulo Xavier, apresentou proposta de emenda à Constituição estabelecendo eleições diretas, em todos os níveis, para o DF. «Essa proposta é um orgulho nosso e certamente terá o apoio de todos os demais partidos», acredita ele, acrescentando que «somente a partir da representação política em todos os níveis o brasiliense voltará à plenitude democrática que até as antigas áreas de segurança nacional já recuperaram».

O senador Mauro Borges (PMDB-GO) disse ontem que a aprovação de seu projeto que legaliza a organização dos partidos políticos no Distrito Federal resgata antigo anseio da população local e inicia, realmente, o processo que dará aos brasilienses a representatividade parlamentar.

— Agora a sociedade brasiliense, como um todo, recebe o instrumental que efetivamente a coloca em pé de igualdade com as outras unidades da Nação e devolve a seus cidadãos os direitos políticos cassados.

Presidente da Comissão do Distrito Federal, Mauro Borges disse que esta é uma vitória da população que, impedida legalmente de organizar-se em partidos políticos, mobilizou-se em associações comunitárias, criou comitês políticos e transformou suas corporações profissionais em foros de suas reivindicações.